

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.145 - PR (2019/0123477-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ELIANE DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : FLÁVIO DIONÍSIO BERNARTT E OUTRO(S) - PR011363
ANTELMO JOÃO BERNARTT FILHO - PR043594
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO E
OUTRO(S) - PR025814
FERNANDO TRINDADE DE MENEZES - PR049826

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ELIANE DE OLIVEIRA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.

Quanto à controvérsia trazida nos autos pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 186 e 927, ambos do CC, trazendo os seguintes argumentos:

Assim, tendo em vista a quitação do débito, a Recorrente encerrou suas atividades junto a instituição bancária. Contudo o Recorrido não providenciou a baixa do débito e da restrição de seu nome junto ao Cadastro de Cheques sem Fundos. Com efeito Excelência, veja-se que com a devolução do cheque ocorrida em 15/12/2014, não poderia em 06/01/2015 a Recorrida ter encerrado a sua conta, sem que houvesse o pagamento do débito em aberto, do que denota o inequívoco pagamento diretamente à agência bancária (fls. 378).

[...].

Vislumbra-se de forma cristalina, a culpa da instituição financeira, ora Recorrido, confirmando o principal agente causador dos danos a Recorrente: recusando a forma de pagamento, a cobrança e encargos indevidos (fls. 380).

[...].

Portanto, o afastamento total do dano moral beneficia unicamente a instituição financeira e favorece em suas práticas abusivas (fls. 381).

É o relatório. Decido.

No que concerne à alegada controvérsia, o Tribunal de origem assentou:

Pois bem, da análise dos autos verifica-se que a inscrição do nome da apelante no chamado CCF-Cadastro de emitentes de cheques sem fundo do

Banco Central, foi realizada de forma regular, tendo em vista que a autora não demonstrou a quitação do débito representado pelo cheque por ela emitido em favor de seu portador, tendo apenas se limitado a informar que foi até o banco e regularizou sua situação.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que, quando se trata em devolução de cheque sem fundo o credor da relação não é o banco requerido, mas sim ao portador do cheque, cabendo, portanto, eventual pagamento do valor a este e não à instituição financeira, conforme alegado pela apelante em sua inicial.

[...]

Ocorre que não há nos autos demonstração de que a apelante apresentou o cheque que deu origem à ocorrência, nem mesmo a declaração de quitação naquela ocasião.

Nota-se que a apelante somente apresentou a declaração quando da oposição de Embargos de Declaração contra a sentença de improcedência (mov. 80.5), sendo esta datada de 09/11/2017, não havendo qualquer menção de que o pagamento foi realizado antes daquela data, razão pela qual não se pode falar em retroatividade da declaração.

Na mesma ocasião, juntou a autora Protocolo de entrega de Processo para Exclusão do CCF, tendo sido o processo entregue em 22/11/2017.

Verifica-se, portanto, que à época do ajuizamento da presente ação, ao contrário do afirmado na inicial, não havia sido ainda regularizada a situação do cheque emitido pela autora, estando ainda pendente de pagamento, visto que este deveria ser realizado diretamente ao portador, que é o credor da dívida.

Outrossim, o fato da conta ter sido encerrada não tem repercussão no presente caso, tendo em vista que quando do encerramento, o correntista não possuía qualquer débito com o banco, posto que, como já relatado, não era ele o credor do valor pendente relativo ao cheque devolvido.

Sendo assim, não se verifica qualquer ato perpetrado pelo banco que caracterize o dever de indenizar. Sendo que a inscrição do nome da autora no cadastro de cheques sem fundo se deu por culpa exclusiva dela que emitiu o título sem que houvesse fundos suficientes para efetuar sua compensação, além disso, não realizou a quitação do débito logo que possível, já que a declaração da quitação somente se deu em 09/11/2017 (fls. 330/332).

Dessa feita, aplica-se o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente